

MUSEOLOGIA – SUBSTANTIVO FEMININO: REFLEXÕES SOBRE MUSEOLOGIA E GÊNERO NO BRASIL

Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira¹

Marijara Souza Queiroz²

RESUMO

O artigo delinea o cenário da museologia e dos museus brasileiros e propõe algumas reflexões acerca das possibilidades de entrelaçamento com os estudos de gênero bem como da interseccionalidade gênero e raça. Apresenta alguns dados sobre a presença e protagonismo da mulher na museologia bem como questões voltadas para a representação social da mulher e da mulher negra a partir das práticas e processos desenvolvidos no campo museal brasileiro.

Palavras-chave: museologia, museus, gênero, mulheres, raça.

ABSTRACT

The article outlines the scenario of museology and the Brazilian museums and proposes some reflections about the chances of interlace with the gender studies and intersectionality gender and race. Presents some data on the presence and role of women in museology as well as issues facing the social representation of woman and black woman from the practices and processes developed in the museological field.

Keywords: museology, museums, gender, women, race.

Os estudos de museologia tomam como base o conceito de patrimônio integral (natural e cultural) – ou seja, o conjunto de referências materiais e imateriais com potencial para atuar na construção das identidades e desenvolvimento dos grupos humanos. A preservação e comunicação desse patrimônio são as finalidades últimas dos estudos, pesquisas e práticas museológicas. Os museus são instituições exemplares para compreendermos que a seleção e preservação dessas referências patrimoniais são

1 Professora Assistente do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestra em História da Cultura (PUC/RJ). Museóloga (UNIRIO). Doutoranda em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS-UNIRIO/MAST). E-mail: ana_audebert@yahoo.com.br

2 Professora Assistente do Curso de Museologia da Universidade de Brasília (UNB). Mestra em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Museóloga (UFBA). Doutoranda em Teoria e História da Arte pelo PPG em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UNB). E-mail: jaraqueiroz@yahoo.com.br

atravessadas por tensões e embates. O caráter político e as subjetividades que atribuem valores para justificar a preservação de determinados bens culturais em detrimento de outros não se fazem de maneira neutra. A museóloga atua de forma crítica como construtora e mediadora nesse processo. É nesse sentido que nos perguntamos: como é que gênero pode dar sentido à construção, organização e preservação da memória das mulheres nos museus? E, ainda, como é que a museologia se percebe e se insere nesse debate?

O contexto atual da museologia brasileira é rico e complexo. Nele articulam-se ao menos três segmentos: ensino/formação acadêmica, políticas públicas e exercício/prática profissional. Esses três segmentos, ainda que fortemente entrelaçados, possuem, entretanto, graus de autonomia e alcance distintos. Não seria possível neste artigo avaliá-los em profundidade, mas convém a apresentação de alguns dados. Existem atualmente em funcionamento no Brasil, 14 cursos de graduação em museologia e cinco cursos de pós-graduação.³ No segmento das políticas públicas, destacamos a criação da Política Nacional de Museus - PNM⁴ implantada em 2003 pelo Departamento de Museus e Centros Culturais - DEMU, atual Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia federal vinculada ao

³ Em ordem de criação, são os seguintes os cursos de graduação em museologia em funcionamento no Brasil: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, cujos antecedentes remontam ao Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1932); Universidade Federal da Bahia (1979); Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE (2004); Universidade Federal de Pelotas (2006); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2006); Universidade Federal de Sergipe (2007); Universidade Federal do Pará (2008); Universidade Federal de Ouro Preto (2008); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008); Universidade de Brasília (2008); Universidade Federal de Pernambuco (2009); Universidade Federal de Goiás (2009); Universidade Federal de Santa Catarina (2009) e Universidade Federal de Minas Gerais (2010). No nível da pós-graduação, existem o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da UNIRIO/MAST (2006), que oferece os cursos nos níveis de Mestrado e Doutorado, o Programa de Pós-Graduação Interunidades da USP, que oferece formação no nível de Mestrado (2012), o Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA oferece Mestrado (2014), o Programa de Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, que oferece formação no nível de mestrado profissional (2015) e o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que oferece formação no nível de mestrado (2017).

⁴ A PNM se firmou no cenário brasileiro com a mais importante política empreendida até então no setor de políticas públicas para o setor museológico. Construída a partir de um debate democrático, possui uma multiplicidade de ações e programas e está estruturada em sete eixos principais: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização dos museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; 7) aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. O aumento significativo de publicações, o apoio a seminários, o lançamento de editais, a criação do Cadastro Nacional de Museus, entre outros, são alguns dos avanços promovidos pela Política Nacional de Museus cuja continuidade é mantida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 11.906 em 2009 e responsável pela administração direta de 29 museus federais. Segundo o Guia dos Museus Brasileiros editado pelo Instituto Brasileiro de Museus, em 2011, existem no Brasil 3.118 museus mapeados através do Cadastro Nacional de Museus.⁵

Aqui no Brasil, diferentemente de outros países, a museologia é reconhecida como profissão, sendo regulamentada por lei própria. Assim, as bases para promover a aderência entre a formação acadêmica e o exercício profissional da museologia são a Lei de Regulamentação da Profissão de Museólogo (Lei nº 7.287/1984, o Decreto nº 91.775 de 1985) e o Código de Ética Profissional, documentos vinculados ao Conselho Federal de Museologia, COFEM.⁶ O reconhecimento da profissão de museólogo e seu consequente exercício profissional devem ser assumidos em uma postura colaborativa e não classista e fiscalizadora, pois os museus são por definição e práticas institucionais processos multidisciplinares que necessitam da presença de profissionais e pesquisadoras de diversas áreas para desenvolvimento de projetos em equipes.

Em nível internacional, há ainda um intercruzamento através do Conselho Internacional de Museus (ICOM) que oferece diálogo, referências conceituais e práticas para o campo da museologia brasileira. É neste sentido que a definição de museu adotada pelo ICOM vem sendo também referenciada aqui no Brasil. Segundo o órgão internacional, “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 64).

A definição de museu do ICOM nos ajuda a reposicionar e questionar conceitos, práticas e experiências museais desenvolvidas em território nacional e, muitas vezes, demonstra que aquilo que foi vivenciado ultrapassa definições, forçando o alargamento de limites e exigindo postura crítica e engajada diante da realidade. Também por esse motivo, o Estatuto de Museus destaca em relação ao conceito de museu: “Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”⁷. Coloca-se aqui uma discussão mais ampla acerca dos museus não apenas como instituições e

5 <http://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros>

6 Legislação disponível no sítio do Conselho Federal de Museologia em www.cofem.org.br

7 Estatuto de Museus. Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm

sim como processos e bem como dos atores que atuam na construção da memória e do patrimônio, sinalizando que o trabalho com o patrimônio, os museus e a construção da memória social, extrapola as atividades desenvolvidas por profissionais com formação em museologia especificamente.

Também nesse sentido, as definições em questão nos mostram que é preciso discutir a colonização e descolonização dos museus e do patrimônio e que esse debate vai além das questões relacionadas à repatriação de bens culturais, casos de coleções de museus etnográficos e antropológicos e suas formas de expor e construir narrativas sobre o *Outro*. Trata-se de compreender que houve uma transferência europeia da cultura dos museus para as Américas de modo geral. Herdamos um modelo de museu moderno enciclopédico, classificador e hierarquizador que trata de apresentar as referências culturais em termos nacionalistas, cientificistas e com destaque para os grandes eventos da história, dos heróis e principalmente dos homens.

Trata-se de desafiar as lógicas hegemônicas presentes nos museus criando espaços e ações de resistência que garantam a entrada em cena de sujeitos excluídos historicamente dessas instituições. Neste artigo, preocupamo-nos especificamente com as mulheres, mas a resistência às hegemônias nos museus pode operar em muitas direções como, por exemplo, a diversidade sexual, social e étnica, criando cismas e abalos nas políticas culturais elitistas e nacionalistas sobre as quais se sustentam a maioria dos museus brasileiros, em maior ou menor grau.

GÊNERO, PATRIARCADO E MULHERES NA MUSEOLOGIA E NOS MUSEUS

No final do século XIX, o poeta francês Charles Baudelaire escreveu que os museus eram os únicos locais convenientes para uma mulher (PERROT, 2012, p. 101). Por trás de sua atitude sabidamente misógina, Baudelaire indicava, de certa forma, uma tensão acerca da entrada e da ocupação das mulheres nos espaços públicos e no universo cultural e intelectual. Ele indicava algo que a bibliografia sobre os estudos feministas e de gênero tratam exaustivamente: a dimensão do público e do privado na conformação das práticas sociais exercidas pelas mulheres. Baudelaire parece antecipar que a presença das mulheres nos museus tem sido uma constante e conforme assinalado por Maria Margareth Lopes, “(...) as mulheres têm atuado, e de forma decisiva, nos museus há séculos, embora sua ação não venha sendo exatamente reconhecida” (LOPES, 2006, p. 41).

Partimos da premissa de que as relações de gênero são estruturantes das práticas sociais. Com isso, queremos dizer que não há como compreender a atuação de mulheres e homens sem levar em conta os papéis que foram historicamente reforçados a partir daquilo que Simone de Beauvoir

(1949) chama de “condição feminina”, ou seja, da condição de opressão que coloca a mulher como o *Outro* ou o negativo em relação ao homem, este visto como positivo. Trata-se fundamentalmente de um ponto de vista engajado e político, no sentido da denúncia ao patriarcado e às formas de regulação e hierarquia que partem da divisão sexual binária mulher/homem para daí apreender sentidos sobre o que constitui o feminino e o masculino em sociedade.

Existem muitas definições de gênero, mas Judith Butler tem um papel fundador nesse debate que está muito atual hoje. Ela diz que gênero “(...) é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER,[1990] 2015, p. 59). Nesse sentido, as relações de gênero são estruturantes também das práticas relativas ao patrimônio, à memória e aos museus. É preciso perceber que existem forças de ação e interação entre as estruturas e os indivíduos, pois ao mesmo tempo em que gênero estrutura as práticas patrimoniais e culturais, essas mesmas práticas consolidam e enrijecem os papéis e lugares de mulheres e homens e de suas identidades nas dinâmicas de construção da memória e das práticas culturais das quais participam, de modo mais amplo.

Conforme afirma a historiadora Joan Scott, “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 85). Admitir a centralidade de gênero nos museus e processos museológicos traz questionamentos de níveis diversos acerca das políticas de aquisição e coloca a questão sobre a existência ou não de equidade nos documentos, objetos e coleções que façam referência à história e memória das mulheres, nos mais diversos aspectos da vida social. Também traz à tona a necessidade de discutir a visibilidade dessas coleções nas exposições e a criação de instrumentos nos sistemas de documentação e catalogação que evidenciem campos de recuperação nos quais os dados sobre as mulheres sejam campos informacionais relevantes de buscas e pesquisas. É crucial compreender os museus também como resultado das relações de poder estabelecidas por meio das relações de gênero e com isso questionar as políticas institucionais que são formuladas a partir da apropriação ou não do debate sobre os direitos das mulheres à memória.

É urgente, portanto, pensarmos sobre as aproximações entre museologia e gênero, pois, dentre outros motivos, há efetivamente um protagonismo das mulheres no campo museal brasileiro. Esse protagonismo é evidente na formação em museologia, no mercado de trabalho, na implantação dos museus, na mobilização e associativismo da classe museológica e no processo de regulamentação da profissão de museólogo. Entretanto, a museologia brasileira ainda não produziu um corpo teórico extenso

e reflexivo, ao menos publicado, sobre gênero e feminismo. Nós observamos um interesse crescente pela temática das mulheres, da museologia e dos museus. Existem trabalhos sendo desenvolvidos e exposições sendo realizadas com a temática; há projetos⁸, linhas de pesquisas e outras pesquisas⁹, iniciativas¹⁰ e coletivos que se organizam nas redes sociais¹¹. Ainda assim, a presença majoritária das mulheres e seu protagonismo na constituição e consolidação da museologia ainda não foram exatamente analisadas sob pontos de vista diversos e problematizadas como fatores expressivos da história da museologia e dos museus no Brasil.

Considerando a formação em museologia no Brasil, o levantamento feito por Ivan Coelho de Sá e Gracielle Siqueira aponta a presença majoritária de formandas mulheres no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional entre os anos 1932 a 1978, período abrangido pela pesquisa (SÁ e SIQUEIRA, 2007). Ainda nessa linha, levando em conta os discentes egressos do Curso de Museologia da UNIRIO, o mais antigo do Brasil e das Américas:

Nestes 85 anos de funcionamento ininterrupto, o Curso de Museologia formou cerca de 1.770 museólogos, dos quais 336 são homens e 1.434 são

8 Destacamos o Projeto de Extensão coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá intitulado “85 anos da Escola de Museologia: mulher, memória e poder”, desenvolvido pelo Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS) da UNIRIO em 2017 e que realizará exposição, conferências e palestras sobre o protagonismo das mulheres no campo museal com destaque para várias museólogas cuja atuação foram relevantes na consolidação do campo. Citamos o subprojeto desenvolvido pelo Prof. Dr. Bruno Brulon (UNIRIO) desde 2014 que discute o desenvolvimento da Museologia sob a perspectiva de gênero intitulado “Museologia, História e Gênero: o protagonismo feminino na construção de um campo disciplinar”. Também registramos o Projeto de Pesquisa desenvolvido pela Prof.^a Dr.^a Camila Moraes (UFG) intitulado “Museologia social, gênero e miradas feministas”, bem como o Projeto “Participação das Mulheres na Construção dos Territórios - Horto e Rocinha” (2017) realizado Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Museu do Horto e Museu Sankofa Memória e História da Rocinha.

9 Tive a oportunidade de criar a linha de pesquisa “Museologia, museus e gênero” em 2010, no âmbito do Departamento de Museologia da UFOP. Nesse contexto, orientei monografias, estágios e projetos de iniciação científica cujo foco foram as relações entre museologia, museus, gênero e mulheres.

10 Cito a criação do GT 12 “Museologia e Gênero” o qual tive a oportunidade de coordenar juntamente com a Prof.^a Dr.^a Elaine Muller (UFPE) ocorrido no contexto do II SEBRAMUS (Seminário Brasileiro de Museologia) em Pernambuco, Recife, em 2015, por iniciativa da Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia criada em 2008. Os Anais do II SEBRAMUS com as publicações estão disponíveis em: <https://www.dropbox.com/s/k70z8afs0ltww7s/VOLUME%202.pdf?dl=0>

11 Na Rede Social Facebook há o grupo “Museologia e Gênero” e o “Coletivo Afetivo de Mulheres do Campo da Museologia” (CA.MU C.A.MU.). Este último criado no contexto do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM) ocorrido na cidade de Nazaré, comunidade ribeirinha, distrito de Porto Velho (RO), entre os dias 03 de 08 de agosto de 2016. O manifesto do coletivo, suas intenções, propostas de ações e trabalhos em consonância com a Museologia Social podem ser acessados na página do grupo. Ver: www.facebook.com/groups/1642715409374182/files/

mulheres.¹² Esta maioria absoluta de mulheres visível no âmbito do Curso, ou seja, na quantidade de discentes e egressos, repercute, consequentemente, no próprio campo disciplinar e profissional da Museologia (SÁ, 2017, p. 2).

A observação empírica em relação aos discentes nos 14 cursos de graduação em museologia hoje no Brasil confirma a tendência observada no levantamento realizado pela Escola de Museologia da UNIRIO. A exemplo do projeto que se desenvolve lá, um banco de dados similar, com o perfil dos egressos a ser realizado por cada curso de graduação em museologia no Brasil, seria algo valioso para subsidiar pesquisas e estudos sobre a história e consolidação do campo acadêmico da museologia brasileira.

Alguns dados sistematizados apontam que as mulheres são maioria no campo museológico, tanto na academia quanto nos museus, sendo nesse último cenário tanto como profissionais como quanto visitantes. Segundo Luciana Kopcke e Sibeles Cazelli: “No caso brasileiro, dados avançados por diversos estudos realizados apontam a prevalência de visitantes do sexo feminino” (KOPCKE *et al.*, 2008, p. 06), e ainda segundo as autoras, seguindo a tendência de estudos em outros países que apontam crescente processo de feminização das práticas culturais a partir da década de 1970.

Ao mesmo tempo e de forma paradoxal, é baixíssima a representatividade das mulheres nas coleções dos museus de modo geral. No caso dos museus de arte, o número de artistas mulheres nas coleções continua sendo muito inferior ao de artistas homens. Segundo Carla Cristina Garcia, nos Estados Unidos, menos de 30% das exposições individuais nos principais museus dos Estados Unidos são de obras de mulheres artistas: “Olhando os números latino-americanos, constata-se que a situação é a mesma: apenas 20% do acervo do MASP em São Paulo e do MALBA em Buenos Aires são compostos de obras de mulheres artistas, para ficarmos em apenas dois exemplos” (GARCIA, 2016, p. 7).

Todavia, a produção de artistas mulheres é bastante representativa na história da arte brasileira e não são poucos os nomes femininos que compõem acervos de museus. A dispersão desses acervos, entretanto, associada a menor visibilidade que se dá às obras produzidas por mulheres, transmitem a ideia de que estas não atuaram com protagonismo nesse setor. É por isso que as exposições temporárias e itinerantes cumprem um papel importante no preenchimento das lacunas que os museus deixam.

12 Dados colhidos de 1932 a 2016, ao longo do subprojeto de pesquisa “Curso de Museologia UNI-RIO, de 1995 à atualidade: alunos, graduandos e atuação profissional (Exercício 2015-16)”. In: SÁ, Ivan Coelho. 85 anos da Escola de Museologia: mulher, memória e poder (Projeto de Extensão, 2017).

Para fins de exemplificação, destacamos a exposição *Mulheres, artistas e brasileiras*¹³, realizada em 2011, e que reuniu 76 obras de 49 artistas que atuam nas artes transitando nos mais variados temas, a partir do domínio das mais variadas, técnicas – pintura, escultura, desenho, gravura, fotografia, costura, tecelagem – e materiais – madeiras, metais, barros, têxteis, resinas, couro etc. A exposição se propôs a apresentar a produção artística de brasileiras desde o início do século XX, com destaque para o trabalho pré-modernista de Georgina de Albuquerque, aos primeiros anos do século XXI e obras contemporâneas de Geórgia Kyriakakis, Regina Silveira, Mônica Barki, Martha Niklaus e Adriana Varejão. Junto às homenageadas Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, juntaram-se trabalhos de Djanira, Noêmia Mourão e Maria Martins. Como expoentes da arte contemporânea, Lygia Pape, Mira Schendel, Tomie Ohtake, Fayga Ostrower e Renina Katz.

A expressividade das mulheres na história da arte brasileira sendo protagonistas dos movimentos de ruptura, pode ser identificada pela presença de Anita Malfatti, como precursora do movimento Modernista no Brasil; de Tarsila do Amaral, nosso primeiro encontro com a subjetividade na pintura e destaque internacional; de Maria Martins, com seu poder de articulação na introdução das vanguardas no cenário brasileiro, e de Lygia Clark com suas experiências de arte psicanalítica que lançou a arte brasileira na contemporaneidade.

Importa evidenciar que no *folder* e material de divulgação da exposição, três mulheres assinam os textos e convidam: A Presidenta da República Dilma Rousseff, a então Ministra da Cultura, Ana de Holanda e a presidenta da Fundação Armando Alvares Penteado Celita Procópio, sendo as mesmas, protagonistas da cerimônia de abertura. Uma ação de representação complexa para ser avaliada a partir da macro estrutura, já que foi realizada pela Presidência da República, por enfrentar um tema somente possível de ser avaliado à luz do conceito da microfísica do poder, que segundo Michel Foucault (1997), pode apresentar perigo aos poderes hegemônicos instituídos, na medida em que toda forma de poder produz

13 A exposição *Mulheres, Artistas e Brasileiras* foi idealizada pelo Palácio do Planalto e desenvolvida através do Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus e pela Fundação Armando Alvares Penteado. Ficou em cartaz no Salão Oeste do Palácio do Planalto, na Praça dos Três Poderes, em Brasília/ DF, de 23 de março a 5 de maio de 2011. Reuniu acervos de dez instituições brasileiras: Palácio do Itamaraty, Museu de Valores do Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Museu Nacional do Conjunto Cultural da República e Museu de Arte de Brasília, em Brasília/DF; Museu Nacional de Belas Artes, Museu Castro Maya e Museu da República, no Rio de Janeiro/RJ, e Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Alvares Penteado, de São Paulo/SP. Outras informações em: http://www.fAAP.br/hotsites/hotsite_mulheres/info.html

verdades, valores e individualizações, motivos suficientes para acumular receios políticos ao nutrir mulheres nas instâncias de poderes decisórios superiores.

E o que dizer da representatividade das mulheres em coleções de museus de outras tipologias, como museus de ciência ou mesmo de história? A questão que se coloca muito claramente é sobre a necessidade de se perceber, e principalmente de se questionar, a lógica androcêntrica presente nos museus e processos museológicos. Essa lógica não se refere apenas ao poder e ao privilégio dos homens, tampouco ao sistema de exploração/dominação que os estudos sobre o patriarcado têm sistematicamente denunciado.

A lógica androcêntrica refere-se especialmente à forma como as experiências masculinas são consideradas experiências de todos os seres humanos e tidas como norma universal, tanto para homens como para mulheres, sem que se dê o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e às experiências femininas. Essa lógica silencia as mulheres, nossas experiências, práticas e saberes. Essa é a lógica que predomina nos museus, ainda que estes sejam espaços ocupados majoritariamente por mulheres. O número de profissionais mulheres, ao menos museólogas, nos museus é superior ao número de homens. Como entender que essa lógica androcêntrica tenha sido sustentada, mantida e atualizada por nós mulheres nas práticas e saberes associados aos museus e seus processos? Essas são questões difíceis e não podem ser respondidas de forma simples, mas elas precisam ser levantadas ainda que gerem desconforto.

No ano de 2011, ocorreu a 5ª Primavera dos Museus¹⁴, evento de nível nacional coordenado pelo IBRAM e realizado pelas instituições museológicas brasileiras. O tema daquele ano foi “Mulheres, Museus e Memórias” e abriu espaço para a indagação sobre como o gênero, a mulher e o feminino estão sendo pensados na contemporaneidade. Esse tipo de iniciativa demonstra que o tema não é ignorado pela área, mas que, ao mesmo tempo, ainda não foi incorporado nos cursos de graduação em museologia como disciplina obrigatória, eletiva ou optativa, no sentido de se abordar a temática de gênero e do feminismo em suas matrizes curriculares. Isto, do ponto de vista da ampliação do debate e formação de corpo teórico sobre o tema, é imprescindível.

No levantamento realizado em 2010 nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em museologia não foi identificada nenhuma disciplina relativa a gênero ou feminismo nos projetos pedagógicos dos cursos

14 Ver: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus/5a-primavera-dos-museus/>

de museologia (OLIVEIRA *et al.*, 2010, OLIVEIRA *et al.*, 2010^a). Ao longo dos últimos sete anos, esse cenário pode ter se modificado. Nesse sentido, seria importante um levantamento que verificasse hoje como essa discussão está, se institucionalizada ou não, nos cursos de graduação.

Da mesma forma, faz-se necessário que órgãos oficiais do Governo, como o IBRAM, bem como os de fiscalização da profissão, como o COFEM, produzam e forneçam dados mais consistentes quanto ao número de mulheres que atuam no campo dos museus e da museologia, sobretudo, ocupando cargos de direção ou liderança, com poder de decisão sobre os seus cargos, de modo a facilitar as análises e desenvolvê-las com mais consistência. Essa seria uma grande contribuição aos estudos de gênero na museologia.

A observação das disciplinas ofertadas pelos cursos de pós-graduação em museologia nos sites das universidades evidenciou a presença de algumas disciplinas na temática de gênero aliada às questões dos museus, memórias e museologia¹⁵, como é o caso da disciplina obrigatória Museus brasileiros e trajetórias de mulheres cientistas (Estudos de Gênero e Museus) ofertada no primeiro semestre 2017, pelo mestrado em museologia da USP e da disciplina optativa “Gênero e Patrimônio” no mestrado em museologia da UFBA, cuja oferta no período não foi identificada no site do programa. É claro que isso não significa que a discussão sobre museologia, museus e gênero não possa ser colocada em outras disciplinas. De qualquer forma, a institucionalização ou não do tema junto aos programas e cursos é fator expressivo na análise que tenta perceber como a museologia se insere e se percebe nesse debate.

Uma das questões que surgem é tentar entender porque a museologia, uma área na qual a presença e o protagonismo das mulheres são tão evidentes, deixou de problematizar durante décadas a atuação e a presença das mulheres, ou seja, porque nos silenciemos e não refletimos em nossas produções teóricas e práticas, tanto na academia quanto nos museus, sobre a condição feminina como fator fundamental para a elaboração de conhecimento?

COLEÇÕES, MUSEUS E MUSEOLOGIA COMO PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Se voltarmos nossos olhares para as primeiras coleções institucionalizadas de que temos notícias no Brasil, chegaremos certamente aos

15 Ver: <<http://sites.usp.br/ppgmus/disciplinas-primeiro-semester-2017/>>; <<https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ExibirEmentaPublico.do?cdDisciplina=FCHJ54&nuPerInicial=20132>>

Institutos Históricos e Geográficos. No caso da Bahia, segundo Suely Cerávolo (2011, p. 191), o Instituto Geográfico e Histórico (IGHB) foi criado em 1894, como uma “instituição do saber” constituída “pela elite e para a elite” branca e letrada, o que excluía, tecnicamente negros e mulheres, funcionando como espaço do “culto ao desenvolvimento, e como promotora da memória”. Dessa forma, o IGHB firmou a presença de seus membros, esmagadoramente homens brancos de poder econômico ou político, conferindo-lhes “força e prestígio simbólico frente a uma população em sua maioria analfabeta” e, com isso, adequando o modelo de sociedade por eles idealizada.

Para Cerávolo, a utilidade dessas instituições foi concretizar e desenvolver essas concepções transpassadas da abstração para as instâncias práticas da vida social. Nesse sentido, cuidar da história pátria através da preservação de documentos e objetos, guiados pelo “espírito de defesa da nação, da memória dos antepassados e da garantia de uma herança para os jovens do futuro”, parecia ser também a filosofia do Museu do Estado da Bahia (1918-1959), quando do seu surgimento como primeiro museu institucionalizado naquele Estado.

Os discursos constituídos de resquícios dessas mentalidades que insistem em permanecer nas estruturas da sociedade não são uma realidade exclusiva do território baiano, são narrativas que se reproduzem tanto nas instituições de memória, quanto nos museus e coleções de maior visibilidade nacional. Nesse sentido, importa-nos perceber onde estão as mulheres nesse universo masculino e reiteradamente masculinizado, e ler nos silêncios e nas ausências, declarados e não declarados de sua representação social. Importa-nos questionar sobre quem elabora tais discursos nos museus (hoje, aqui e agora), a partir de quais olhares, fontes, referenciais ou ideologias. Importa-nos reescrever a história, esta mesma, subvertendo a ordem do discurso.

Partimos da ideia de que os museus manipulam a tipologia de suas coleções e hierarquizam-nas a partir de um sistema de atribuição de valores, desde seus modos de aquisição, conservação, classificação e documentação, até a exposição, e de acordo com discursos que expressam o pensamento ideológico institucionalizado do museu ou da coleção como um todo. É uma narrativa alinhavada a partir de objetos/temas que compõem recortes hegemônicos para construir representações sociais. Nesse sentido, Ângela Arruda (2002) considera que a representação social não pode ser considerada cópia, um reflexo da sociedade, tampouco uma imagem fotográfica da realidade, trata-se de uma tradução, uma versão desta. Por isso, é preocupante quando o museu reafirma a mulher como complemento, como personagem auxiliar do homem, o que contribui para a permanência de estigmas que a inferiorizam na estrutura social.

Sobre coleções e colecionismo, sabemos a partir de pesquisas anteriores¹⁶, que de modo geral, as artes aplicadas compreendidas como cristais, prataria, porcelana, indumentária e mobiliário são geralmente associadas ao universo feminino, modelando a categoria Museu Casa, que, em geral, reproduz residências de famílias abastadas a partir das ambientações. Nessa abordagem, a mulher está presente nas narrativas construídas a partir da Casa, espaço de vida social privada a ela reservado. De acordo com Ângela D’Incao (2015), esse interesse em preservar a ideia da casa burguesa como espaços privados das mulheres, a partir da qual ela participaria da vida pública limitada às salas, salões e jardins em festa, é uma das bases que sustentam o patriarcado e de família hierarquicamente bem estruturada; o que significa ter o homem (público) no centro das decisões e a mulher (privada ao lar) como zeladora da imagem desse homem. Neste caso, à mulher foi designada a árdua tarefa de reproduzir (e manter) a estrutura patriarcal através da fiscalização das filhas e de si mesmas promovendo, dessa forma, autovigilância da mulher.

No que se refere aos acervos que compõem o universo feminino representado nos museus, destacamos a indumentária, que foi identificada por Rita Andrade (2016) em grande parte dos museus brasileiros. A autora destaca que essas coleções estão invisibilizadas, ou seja, são pouco exploradas nas exposições e projetos dos museus. Conseqüentemente, estão pouco acessíveis ainda que estejam presentes em acervos diversificados e heterogêneos. A autora salienta ainda que as discrepâncias na forma de processar tecnicamente essas peças favorecem sua dispersão nas coleções em que estão inseridas. Essa dispersão dificulta a interpretação da presença desses acervos nos museus, sobretudo no uso atribuído a eles e nas motivações para sua preservação. A dificuldade em agrupar essas coleções está diretamente relacionada à dificuldade de representar socialmente uma mulher protagonista da história e por consequência produtora ou selecionadora de artefatos históricos.

Observamos o Museu Afro Brasil, que tem desempenhado um papel importante na inclusão do negro¹⁷ como sujeito constituinte da formação da sociedade brasileira. Neste caso, os módulos da exposição de longa duração evidenciam, de fato, homens negros que se destacam na vida social e política do Brasil, enquanto que as mulheres negras são representadas basicamente pela vida doméstica, ou, na melhor das hipóteses, pelas suas

16 Ver: http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474401190_ARQUIVO_DatosMarijaraadjuntossintitulo02410.pdf

17 A exposição *História e Memória* do Museu Afro Brasil se expressa dessa forma – negro – no masculino, segundo a conformação gramatical às estruturas sociais de poderes, o que é por si uma reprodução de padrões sociais de dominação e opressão do patriarcado.

atuações na área das artes: como as cantoras Elza Soares e Clementina de Jesus; as atrizes Ruth de Souza e Zezé Mota; a escritora Carolina Maria de Jesus e a dançarina Mercedes Baptista. Trata-se de um indicativo importante sobre a posição que as mulheres ocupam no imaginário social, como também da dificuldade de repensar formas de representação social contra hegemônicas numa sociedade mantida por hegemonias eurocêntricas aqui constituídas.

Durante muito tempo, os museus se aproximaram da história política, social, científica e artística sem que os embates fossem sequer apresentados como parte da dinâmica social. Nesse sentido, de modo geral, os museus tendem a ser omissos em relação às disputas que se travam no campo da cultura e da memória, principalmente quando se trata da história e da memória das mulheres e da sua participação na vida social, política, científica, artística e cultural do Brasil.

Mas há resistências. Precisamos observar que essa transferência de um modelo europeu para trabalhar com o patrimônio, os museus e a cultura não se deu apenas como reprodução, mas permitiu a criação e recriação de modelos, práticas genuínas e soluções próprias nas quais estão incluídas diversas experiências de museus comunitários, ecomuseus, museus de território e processos museológicos que permitem avançar em relação ao modelo de museu tradicional e que trazem uma perspectiva mais plural e diversificada no trabalho com a construção e a apropriação do patrimônio e das memórias sociais.

No âmbito da museologia social, observamos diversas ações desenvolvidas ou em desenvolvimento a partir de práticas e processos relativos à memória social e museus desenvolvidos em comunidades, junto a grupos e organizações sociais, em diversas partes do território brasileiro, apoiados pelo Programa Pontos de Memória¹⁸ do IBRAM. Na aproximação, identificamos o Museu de Favela (MUF)¹⁹, do Pavão, Pavãozinho e Canta Galo; e a Casa dos Movimentos da Estrutural²⁰, no Distrito Federal, que realizaram ações diretamente voltadas para a mulher em relação aos seus contextos locais.

No caso do MUF, a exposição itinerante “*Mulheres Guerreiras*” apresentada primeiramente na favela e depois no Jardim do Museu da República, é resultado do prêmio lançado na comunidade no qual doze mulheres foram selecionadas para compor a mostra. Destaca-se que a ação decorreu

18 O Programa Pontos de Memória foi criado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em janeiro de 2009 com o objetivo de estimular e ampliar a participação popular nos assuntos relativos à memória social e aos museus.

19 Ver: <http://www.museufavela.org/exposicoes/>

20 Ver: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/21578/15591>

da chamada para a 5ª Primavera de Museus do IBRAM, em 2011, cujo tema foi “Mulheres, Museu e Memória”, já mencionada anteriormente. A partir daí a premiação passou a fazer parte do calendário anual de atividades do MUF, o que evidencia a importância das ações públicas na inclusão de temas sociais nas pautas políticas.

Já na Estrutural, no DF, a exposição *A Mulher e a Cidade (2013-2014)* foi realizada com o apoio técnico do Curso de Museologia da Universidade de Brasília, a partir do Projeto de Ação de Extensão, desenvolvido junto ao Ponto de Memória da Estrutural. É resultado do desenvolvimento do inventário participativo que identificou quarenta mulheres da Estrutural que se destacam por suas ações coletivas em prol da comunidade, com vistas ao empoderamento dessas e de outras mulheres envolvidas no processo. A exposição, que ficou em cartaz na Casa dos Movimentos da Estrutural entre 2013 a 2014, ganhou um formato itinerante e percorreu espaços como universidades e escolas, na Estrutural e em Brasília.

As exposições citadas acima são evidências de diferentes formas possíveis de discursos sobre a representação das mulheres nas instituições tradicionais e nos processos desenvolvidos em favelas e áreas periféricas. São evidências que nos mostram lacunas e fendas nos discursos e práticas que tomam gênero como problemática para abordagem de aspectos de nossa realidade social. Enquanto nos museus tradicionais as coleções tendem a referenciar a mulher branca, abastada, cristã, católica e bem casada, nos museus de territórios de favelas e regiões periféricas, sobressaem as mulheres negras com toda a carga histórica de exclusão, subordinação e inferiorização, mas também de resistências, de combates e de conquistas mais associadas à vida cotidiana. Nesse sentido, a representação da mulher a partir dos museus e coleções, em geral, se associa mais à questão existencial de *ser mulher*, enquanto que nos museus de favelas ou comunidades de baixa renda, a imagem da mulher se relaciona fundamentalmente ao legado histórico que marca violentamente o cotidiano de luta da mulher negra numa sociedade estruturalmente racista e machista, que não cede espaço para que elas possam refletir sobre sua própria existência, já que é urgente sua sobrevivência.

No ínterim, interessa-nos discutir gênero sobre o crivo do termo *interseccionalidade* a partir de Ângela Davis que trata o feminismo como movimento de emancipação ocorrido durante as lutas abolicionistas nos Estados Unidos, pois:

[...] foi quando as mulheres decidiram lutar pela libertação do povo negro que perceberam que não tinham direitos políticos; foi esse mesmo movimento abolicionista feminino que ficou chocado por ser dado primeiro o direito de voto ao homem negro antes de se dar o voto às mulheres. As mesmas mulheres que lutaram pela libertação do povo negro, disseram que

se não lhes davam o direito ao voto, e se seriam governadas pelo homem, então preferiam continuar a ser governadas pelo homem branco, o letrado, educado e civilizado (DAVIS, 2003, p. 4).

Dessa forma, o movimento feminista que lutava pelo sufrágio das mulheres expressou o racismo mostrando que a luta entre brancos e negros é desigual, ainda que entre mulheres. Demarca-se assim o feminismo branco e o feminismo negro. As mulheres negras continuaram a apoiar o direito ao voto conquistado pelos seus homens porque, segundo Davis, “homens e mulheres negros são uma única raça. São uma única condição social e racial explorada pelo capitalismo e oprimida pelo racismo” (2003, p. 4).

Segundo bell hooks, “enquanto o racismo das mulheres brancas defensoras dos direitos das mulheres vinha à superfície, a frágil ligação entre elas e as ativistas negras foi quebrada” (2004, p. 6). Nesse contexto, ainda de acordo com hooks, mulheres negras americanas começaram a registrar suas experiências e quebraram longos anos de silêncio ao revelar que o “sufrágio do negro” era, na verdade, o “sufrágio do homem negro”. Revelaram ainda a profundidade do sexismo: “(...) que foi nesse breve momento para a história americana maior do que o seu racismo” (hooks, 2004, p. 6). Nesse sentido, por compreender os museus como instituições de representação social em potencial, preocupa-nos mais ainda a reafirmação de uma possível hierarquia para a mulher negra que a coloca como personagem auxiliar das mulheres brancas, o que contribui para a permanência de estigmas identitários que a inferiorizam na estrutura social.

Por esse caminho e indo além, ressaltamos a importância de situar o debate sobre a descolonização dos museus e também do pensamento museológico aliado às questões de gênero e de gênero e raça, pois ainda que essas discussões e práticas citadas acima tenham colocado em pauta a racionalidade museológica, elas ainda não avançaram o bastante no sentido de incluir tais temas como um dos eixos centrais nos discursos dominantes dos museus e processos museológicos ou como um fator de alteridade e de diversidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de gênero colaboram para compreendermos que as práticas sociais, culturais e laborais são sexuadas; colaboram para percebermos que o patriarcado é um sistema que estrutura, regula e hierarquiza os indivíduos com base no seu sexo; que legitima a supremacia do masculino e dos homens em detrimento do feminino e das mulheres, vistas como complementares, secundárias, auxiliares. É preciso enxergar essa lógica para então romper com ela. A naturalização do patriarcado como sistema de

opressão e dominação, somado à lógica androcêntrica como norma implícita para tomada de ações e decisões, estão nas bases da manutenção das desigualdades que permanecem entre mulheres e homens. Não podemos nos enganar, pois a questão mais ampla é de justiça e de direitos.

Como afirma Nancy Fraser (2006), as mulheres enfrentam três dimensões principais de desigualdade: redistribuição econômica, representação e reconhecimento. Dessas três, as duas últimas estão diretamente ligadas ao universo da cultura, do patrimônio e dos museus. As mulheres não são justamente representadas e não são justamente reconhecidas nos discursos, práticas e processos museológicos e patrimoniais de modo geral. No nosso caso, as injustiças estão radicadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

Trata-se, então, de propor ações combativas e afirmativas junto aos museus e processos museológicos para que a questão de gênero e suas intersecções, sobretudo de gênero e raça, sejam consideradas eixos de discussão presentes explicitamente nos planos museológicos com formulações de ações e projetos que diminuam as desigualdades de representação e reconhecimento das mulheres nessas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rita Morais de. Indumentária nos Museus Brasileiros: a invisibilidade das coleções. In: *MUSAS, Revista Brasileira de Museologia*, Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, n.7, 2016.
- ARRUDA, Angela. *Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, n.º 117, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949], 2009. 2v.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CERÁVOLO, Suely. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). In: *Anais do Museu Paulista*. Revista online, n. 1, v. 19, pp: 189-246.
- CHAGAS, Mário e GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: *Museologia Social. Cadernos do CEOM*. Chapecó: Unochapecó, Ano 27, n. 41, 2014.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 100 p., 2013.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. Contexto: São Paulo, 2015.
- DAVIS, Ângela. *Mulher, Raça e Classe*. 1ª Edição: The Women's Press: Grã Bretanha,

1982. (Tradução livre Plataforma Gueto, 2003).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento*. Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Cadernos de Campo, São Paulo, n.14/15, pp: 231-239, 2006.

GARCIA, Carla Cristina. Entre letras, imagens e sons: as mulheres e a produção da cultura. In: *Revista do Centro de Pesquisa e Formação - SESC/SP*, n. 03, 256 p., nov. 2016. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/index.php?cor=verde>

bell hooks. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. 1ª edição, 1981. (Tradução livre pela Plataforma Gueto em janeiro de 2004).

KÖPCKE, Luciana Sepúlveda; CAZELLI, Sibebe; LIMA, José Matias de; MARINO, Leandro Lins. A presença feminina nos museus: perfil sociocultural e modalidades de visitas. In: *Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS*, 32 p., 2008.

LOPES, Maria Margareth. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. In: *MUSAS: Revista Brasileira de Museologia*, n. 2. Brasília: Departamento de Museus e Centros Culturais, p. 41-7, 2006.

MORENO, Luis Gerardo Morales. Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II). In: *Revista de Índias*, vol. LXXII, n. 254, p. 213-238, 2012.

OLIVEIRA, A. C. A. R; COSTA, C. A. S; NUNES, G. A. Graduate courses in museology in Brazil: a curriculum analysis. In: *ICOM General Tri-annual Conference / ICTOP Annual Conference*. Shanghai, ICOM, 2010.

OLIVEIRA, A. C. A. R; COSTA, C. A. S; NUNES, G. A. *Perfil dos Cursos de Graduação em Museologia do Brasil*. Ouro Preto: Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, 2010. (no prelo)

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

QUEIROZ, Marijara S. De Escola para mulheres a museu feminino: o colecionismo de Henriquetta Martins Catharino. In: *Anais eletrônicos do 15º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, de 16 a 18 de novembro de 2016.

RECHENA, Aida. Museologia social e gênero. In: *Museologia Social. Cadernos do CEOM*. Chapecó: Unochapecó, ano 27, n. 41, p. 153-173, 2014.

SÁ, Ivan Coelho de. *85 anos da Escola de Museologia: mulher, memória e poder*. Projeto de Extensão em Museologia – (2017). Departamento de Estudos Museológicos (DEPM)/ Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS)/Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS-UNIRIO/MAST): Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), 25 páginas. (Documento Institucional), (mimeo).

SÁ, Ivan Coelho de. Curso de Museus – *MHN, 1932-1978: alunos, graduandos e atuação profissional*// Ivan Coelho de Sá e Gracielle Karine Siqueira. Escola de Museologia: Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 266 p, 2007. Quadro IV – Diplomados (as) por sexo.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.